

SANITARISTAS ATUARÃO JUNTO À CONSTITUINTE

Um movimento político, com base técnica, como nunca houve no País

BRASÍLIA — "Um bota de um movimento que poucas áreas sociais conseguiram criar ao longo da história do Brasil". Com esta frase, o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca, define o Movimento Sanitário brasileiro, do qual é figura de destaque e cujos integrantes vêm elaborando pelo menos sete projetos de saúde para Governadores que assumem em março.

Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Santa Catarina e Pernambuco são alguns dos Estados onde os integrantes do Movimento vêm atuando e defendendo teses visando a unificação do setor de saúde, a expansão da assistência a toda a população e o acesso da comunidade às decisões.

Movimento político? "Só é, mas tem uma grande sustentação técnica. Quando estamos discutindo, por exemplo, um programa nacional de auto-suficiência na produção de vacinas, por trás tem alguém que conhece vírus, meio de cultura, laboratório, o inferno", afirma Sérgio Arouca.

Mesmo não sendo plenamente aceito por autoridades federais da área social, que até mesmo chamam o Movimento, em tom pejorativo, de "partido comunista sanitário", os sanitaristas vêm dia a dia ganhando espaço, principalmente junto às Secretarias estaduais e municipais de Saúde, que sentem mais de perto as cobranças da população para melhorar a qualidade da assistência prestada.

No início da Nova República, um documento apócrifo foi enviado ao Palácio do Planalto, relacionando como comunistas uma série de pessoas que integram o Movimento, como o atual Presidente do Inamps, Hélio Cordeiro, o Secretário Geral do Ministério, José Hermógenes de Souza, entre outros.

Na verdade, o Movimento Sanitário tem sua base de sustentação junto a parlamentares como Euclides Scalco (PMDB-PR), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o Senador eleito pelo Pará Almir Gabriel e inúmeros outros. E é junto a esses políticos e aos Governadores eleitos que pretendem desencadear um trabalho, para que a Assembléia Constituinte faça prevalecer a tese maior de que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado.

O próprio Sérgio Arouca admite que eles

estão se mobilizando para atuar junto à Constituinte. O ponto de partida seria a entrega de uma proposta aos constituintes, que está sendo elaborada pela Comissão Nacional de Reforma Sanitária, criada por portaria dos Ministérios da Saúde, Previdência e Educação. Esta proposta, a ser concluída em fevereiro, sugere profundas alterações na área de saúde, como a ênfase na municipalização do sistema e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma nova legislação sanitária.

Indagado sobre a resistência dos principais dirigentes do setor de saúde ao Movimento Sanitarista, Arouca contra-argumenta que as teses defendidas por eles já são propriedade da sociedade, conforme se constatou no decorrer da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março do ano passado. No encontro, do qual participaram mais de mil representantes da sociedade (mulheres, índios e trabalhadores), prevaleceram as idéias defendidas pelos sanitaristas.

Por essa razão, Arouca considera irreversível a porta aberta pelo Movimento, alegando que agora o problema é de mais ou menos tempo para colocar as propostas em execução. Ele lembra que nunca, no Brasil, um movimento na área social conseguiu aglutinar a sociedade, acadêmicos e profissionais do setor, como está ocorrendo agora.

O avanço que o Movimento vem registrando no País "não aconteceu por mágica", afirma Arouca. Ele diz que por muito tempo foram acusados de teóricos, mas hoje ninguém se arrieta a repetir esta acusação, pois existem exemplos concretos e bem sucedidos, como os sistemas de saúde montados por sanitaristas no Paraná, em Cachoeiro de Itaipava, em Campinas e uma série de outros.

Arouca admite, contudo, que a execução dos projetos dos sanitaristas, principalmente uma ampla reforma do sistema de saúde, não se dará apenas por vontade dos integrantes do Movimento, mas por vontade da sociedade brasileira.

— Nós somos apenas nós os técnicos desta vontade — ressalta, acrescentando que existem dois canais para promover a mudança, a Constituinte e os Governos estaduais, junto aos quais o Movimento vem atuando intensamente.

ANC P 2. O GLOBO 12 JAN 1987